

A Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor discutiu nesta terça-feira (24) os aumentos nos planos de saúde da Geap, que atende servidores públicos federais do Executivo e seus familiares. Parlamentares e a Defensoria Pública observaram que as mensalidades tenham dobrado nos últimos três anos, com reajuste oito vezes maior do que a inflação no mesmo período.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que pediu a audiência, argumentou que os reajustes acima da inflação preocupam os 455 mil segurados.

— Numa série histórica, os reajustes de 2016 até 2018, temos um acumulado de reajuste de 104%. A inflação no mesmo período é de 12%. Nós temos aqui uma diferença de pelo menos de oito vezes entre a inflação no período e o reajuste obtido pelos planos de saúde — criticou.

O presidente do Conselho de Administração da Geap, Marcus Vinícius Pereira, afirmou que, apesar dos aumentos, os planos da entidade ainda são mais baratos que os dos concorrentes no mercado. Ele também argumentou que os reajustes são consequência do crescimento da inadimplência e da queda no número de segurados.

Uma decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) proíbe novos convênios entre o governo federal e a Geap, o que segundo Pereira prejudica a arrecadação. Ele ainda revelou que uma auditoria interna está investigando eventuais erros nas últimas administrações da Geap.

— Todas as denúncias e todos os malfeitos estão sendo apurados e serão apurados de forma a dar total transparência às ações da Geap. Seja para o governo e seja principalmente para os beneficiários, que são praticamente as pessoas mais importantes da Geap hoje — afirmou.

A Defensoria Pública criticou a falta de fiscalização das autoridades da área de saúde e cobrou informações mais detalhadas sobre as contas da Geap. A entidade se comprometeu a repassar todos os dados disponíveis para a Defensoria e para a Comissão.

Fonte: Agência Senado, em 24.04.2018.